Prefeitura Municipal Caracaraí
Cuidando de Você.
P. M. CARACARAÍ
PROC: 056/2020
FLS: 003
ASS:

# PROJETO BÁSICO

## 1. OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE TRANSPORTE DA PASSAGEIRO PARA O DESLOCAMENTO DE SERVIDORES DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ AO BAIXO RIO BRANCO. PARA ATENDER O COMBATE AO CORONAVÍRUS, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UND | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. | CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE DA PASSAGEIRO PARA O DESLOCAMENTO DE SERVIDORES DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ AO BAIXO RIO BRANCO. PARA ATENDER O COMBATE AO CORONAVÍRUS.<br>BARCO TIPO VOADEIRA de alumínio ou fibra. Especificações Mínimas da Embarcação: Barco de Alumínio; Comprimento mínimo de 10 metros; Motor de popa, potência mínima 200Hp; Capacidades para no mínimo 12 pessoas sentadas, equipada com capota para proteção contra sol e chuva; Infraestrutura e equipamentos de segurança (coletes salva-vidas para piloto e todos os passageiros da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação). Equipamentos Necessários nesta Embarcação: Caixa de ferramentas, caixa térmica de no mínimo 50lts e caixa de primeiros socorros, Conjunto de peças sobressalentes (correias, hélices, etc) para reparos básicos da embarcação/motor, farol, remo e todos os equipamentos obrigatórios para uma navegação segura.<br>No valor proposto deverá está incluso todas as despesas com impostos, taxas, manutenção, piloto (incluindo alimentação do piloto).<br>Combustível e alimentação dos passageiros por conta do contratante. | Diária | 30 | **1.270,00** | **48.260,00** |
| | | | VALOR GLOBAL | | R$ 48.260,00 |

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando a necessidade de adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da pandemia do novo Coronavirus (COVID-19), e levando em conta que uma das ações essenciais para se obter êxito nas medidas de prevenção ao contagio diz respeito a comunicação estratégica e eficiente de forma que possa ser assimilada pe-

P. M. CARACARAÍ
PROC 056/2020
FLS: 004
ASS:

la população para que esta passe a contribuir efetivamente com as ações planejadas pelo poder público municipal.

2.2 Considerando o alto índice de transmissibilidade do novo Coronavírus (COVID-19), percebe-se que as autoridades mundiais, especialmente no Brasil, têm buscado adotar de forma imediata ações que visam mitigar as consequências destrutivas da pandemia, visto que esta cresce largamente a cada dia, fazendo inúmeras vítimas diariamente por todo o mundo.

2.3 Considerando as projeções e alertas do Ministério da Saúde ao afirmar que o pico de contágio do novo Coronavírus ainda estar por acontecer no Brasil, e prova disso, é o fato de os números de infectados no País e não diferentemente em Roraima ter aumentos diários, isso deixa claro a importância de adotar medidas em caráter de urgência voltadas a promover a prevenção e o enfrentamento da pandemia. Sendo que um ponto chave quando falamos de prevenção é a sensibilização e a disciplina social da população. E isso é um resultado que se obtém através da disseminação de informações claras e estrategicamente elaboradas.

2.4 Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) da Organização Mundial da Saúde de 30.01.2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), bem como o Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020, em que o Congresso Nacional reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública na esfera federal em razão da pandemia do Coronavírus no Brasil. Considerando ainda, que o Governo do Estado de Roraima, seguiu a mesma linha ao editar o Decreto Nº 28.635-E, e declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Roraima para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pela COVID-19.

2.5 Considerando que a Prefeitura Municipal de Caracaraí, por meio do Decreto Nº 007, de 23.03.2020, declarou "Situação de Calamidade Pública no âmbito do Município de Caracaraí/RR", estabelecendo medidas para prevenção e enfrentamento da pandemia, e que em seu artigo 2º autoriza a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 (novo Coronavírus), nos termos do que prescreve o art. 24 da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993 – Lei Geral de Licitações e contratos).

2.6 Considerando o difícil acesso as áreas ribeirinhas do Baixo Rio Branco, bem como a necessidade imediata de atender a população dessas árias no combate ao Coronavirus.

2.7 Ante as considerações apresentadas, justificamos a contratação ora proposta de forma emergencial para possibilitar ao Município, contratar serviços de transporte de passageiros para o deslocamento de servidores da Sede do município ao baixo rio Branco para atendimento ao Combate ao Coronavírus, visto que essas implementações estão contempladas no PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL PARA ENFRENTAMENTO DA DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19).

Logo, o serviço a ser contratado deverá ainda guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no presente PROJETO BÁSICO.

## 3. CONTRATO – VIGÊNCIA DO PROCESSO

3.1. O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020, a contar do dia seguinte da assinatura do contrato, cessando de pleno direito no final deste período, independente de notificação ou aviso.

## 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O objeto do presente Projeto Básico será prestado mediante a expedição da ordem de serviço pela **Secretaria Municipal de Saúde.**

4.2. O fornecedor deverá obrigatoriamente, sob pena de rescisão contratual, entregar na Secretaria Municipal de Saúde, no dia da assinatura do contrato, documento da empresa contendo os dados para contato, incluindo obrigatoriamente um endereço de e-mail para o qual serão enviadas as requisições.

4.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do contrato bem como a aplicação das penalidades previstas no presente Projeto Básico e a convocação do fornecedor subseqüente considerando a ordem de classificação do certame.

P. M. CARACARAI
PROC 056/2020
FLS: 005
ASS:

4.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do presente Projeto Básico.

## 5. VALOR ESTIMADO

5.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R$ 48.260,00 (Quarenta e oito mil duzentos e sessenta reais)**. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos empresas do ramo pertinente, em pesquisas de mercado.

5.2. A despesa decorrente da contratação do objeto do presente Projeto Básico correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

| PROGRAMA DE TRABALHO | ELEMENTO DE DESPESA | RED | FONTE DE RECURSO | VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|---|
| 10.301.0213.4.027 | 3390.39.00 | 351 | COVID-19 | R$ 48.260,00 |
| | | | **VALOR GLOBAL** | **R$ 48.260,00** |

E no exercício seguinte à conta do orçamento vigente naquele exercício, previsto para esta modalidade de despesa.

## 6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão recebidos:
**a.** Provisoriamente, a partir da entrega da Nota Fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do presente Projeto Básico e da proposta.
**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do presente Projeto Básico e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, os serviços constatados como inferiores;

7.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Projeto Básico;

7.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Projeto Básico;

7.1.5. Nesta contratação será permitido ao fornecedor dos serviços, subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, desde que se respeite as obrigações deste Projeto Básico ou na minuta de contrato;

7.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

P. M. CARACARAÍ
PROC 056/2020
FLS: 006
ASS:

7.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.1.8. Comunicar à **Secretaria Municipal de Saúde**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer alterações nos dados para contato com o Contratado;

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente os serviços;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do presente Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto do presente Projeto Básico, a **Secretaria de Municipal de Saúde** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento dos bens, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a **Secretaria Municipal de Saúde**, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

P. M. CARACARAÍ
PROC 056/2020
FLS: 0007
ASS:

11.2. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

11.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

11.4. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Caracaraí/RR, 06 de maio de 2020.**

**Hendre Gregório da Silva**
Secretário Municipal de Saúde
Dec. 013/2018

Aprovo, em 06 de maio de 2020.

**Maria Raquel Menezes de Oliveira**
Secretária Municipal de Administração
Port. 0124/2019